

DIREITO DIPLOMÁTICO E CONSULAR TAN

Exame escrito – 07.06.2024

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

I

a) Cfr. Jaime Valle, *Direito Diplomático e Consular*, I, pp. 10-12, 18, 20 e ss.

b) *Idem*, pp. 13-14.

II

a) Sem que isso diminua a responsabilidade do Estado acreditador quanto à proteção dos locais da missão (artigo 22.º, n.º 2, da CVRD), o Estado acreditante pode organizar meios de segurança próprios para esse efeito, em termos que respeitem as leis e regulamentos do Estado acreditador ou obtenham o seu acordo.

Como a importação de cães desta raça não é permitida pelo Estado acreditador, e nada indica que o seu acordo para a sua derrogação tenha sido obtido, a atuação do Estado A viola o disposto no artigo 41.º, n.º 1, da CVRD.

b) Uma vez que a mala diplomática só pode transportar documentos ou objetos destinados ao uso oficial da missão (artigo 27.º, n.º 4, in fine), era preciso discutir se os cães para a segurança dos locais da missão o eram, devendo concluir-se em sentido afirmativo.

No entanto, como a sua detenção no Estado acreditador é proibida, como vimos, pelo que, embora possam ser considerados objetos destinados ao uso oficial, não poderiam ser transportados por a sua detenção ser contrária á ordem jurídica do Estado acreditador.

O cão da mulher do chefe de missão não constitui um objeto destinado ao uso oficial da missão, mas a prática tem demonstrado a flexibilidade dos Estados na aceitação do transporte de objetos destinados a uso particular dos membros da missão ou dos seus familiares, desde que não proibidos pela ordem jurídica do Estado acreditador – e a detenção de cães desta raça não era proibida.

c) A mala diplomática não pode ser aberta ou retida (artigo 27.º, n.º 3), salvo situações excepcionais (legítima defesa, defesa da vida humana, estado de necessidade, etc.), sendo muito duvidoso que o bem-estar animal se inclua nessas exceções.

Mesmo com as suspeitas em questão, a mala diplomática não poderia ser submetida a uma inspeção por equipamento de raios-x, por isso comprometer a sua inviolabilidade.

d) À inviolabilidade do agente diplomático prevista em termos absolutos pelo artigo 29.º devem ser reconhecidos efeitos *post mortem*, comunicando-se ao cadáver, com base, não já no caráter funcional, mas no caráter representativo da missão.

e) As funções em causa parecem ser as de encarregado de negócios *ad interim*, mas do artigo 19.º não parece resultar a possibilidade de nomeação para essas funções de alguém que não é membro da missão, e muito menos em representação comum.

Se afinal a intenção for a nomeação como chefe de missão em representação comum, faltou o consentimento do outro Estado acreditante e do Estado acreditador (artigo 6.º).

The premises of State A's diplomatic mission in State B have been subject to robberies, given the deterioration of the security situation in State B.

To try to solve this problem, the head of the diplomatic mission of State A decides to bring from his State half a dozen trained Rottweiler dogs – a breed that is prohibited in State B.

The six dogs are transported in the diplomatic bag from State A to State B by plane, and are accompanied, in a separate compartment inside the bag, by the Jack Russell Terrier belonging to the wife of the head of the diplomatic mission.

When the plane's cargo is unloaded, the customs authorities of State B hear barking coming from inside, so they subject the suitcase to an X-ray inspection, and then do not allow it to continue pending explanations from the State A's diplomatic mission, because the import of animals in those circumstances violates a set of legal rules of State B, in matters of health and animal welfare.

After a heated discussion, the suitcase is delivered to the diplomatic mission of State A. When the dogs are finally placed outside, in the mission gardens, one of them immediately bites the throat of the head of the diplomatic mission, who dies from the wound a few hours later at the hospital.

The authorities of State B demand, given the circumstances of the death, that an autopsy be carried out on the body, but the authorities of State A insist that it be handed over immediately to the family.

Meanwhile, not having any other diplomat on the mission's staff, State A communicates to the Ministry of Foreign Affairs of State B that the head of its diplomatic mission in the State will now be carried out by the head of the diplomatic mission of State C - who has a double nationality, of State C and State A –, a solution for which State C agreed.

Answer the following questions:

- a) Could State A have imported the dogs to ensure the security of its diplomatic mission sites? (2 values)
- b) Could the dogs – including that of the head of the mission's wife – have been transported in the diplomatic bag? (4 values)
- c) Could the diplomatic bag have been retained and subjected to x-ray inspection? (4 values)
- d) Could the performance of the autopsy be refused by the authorities of State A? (3 values)

e) What functions does State A intend to appoint Mr. X for? Can it do so without the consent of State B? (7 values)

Duration: 90 minutes